

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os Açores, terra de gente pacata e brandos costumes, hoje vivem tempos de preocupação e inquietação face ao clima de insegurança que se sente em algumas das nossas localidades.

Especialmente nas ilhas maiores, são sucessivas as notícias de crimes recorrentes e antes por estas bandas desconhecidos, são relatados episódios de furtos, roubos, agressões, com uma regularidade tal que não pode deixar ninguém indiferente e, sobretudo, estas situações vão sendo sentidas na pele e no património de cada vez maior número de açorianos.

Tudo isto é confirmado pelos números do Relatório Anual de Segurança Interna de 2007, agora apresentados, que revelam uma assustadora tendência de crescimento, em especial ao nível dos crimes violentos que, numa década, aumentaram 90%.

O próprio Relatório considera os Açores *“um dos locais que apresenta um valor de crimes por 1000 habitantes mais elevado”*, numa infeliz tendência confirmada pelos últimos anos.

Quando a maior parte das regiões de Portugal revela uma tendência de descida, os Açores registam a segunda maior subida do país, ao nível da criminalidade violenta.

Perante a gravidade da situação, o Presidente do Governo Regional dos Açores, fez aquilo que sempre faz quando as coisas correm mal: diz que não tem nada a ver com o assunto e que a culpa é dos outros.

Como normalmente actua nestas circunstâncias, o Presidente do Governo pôs a máscara da indignação e, segundo o próprio GACS, *“acusou o Governo da República de ceder a pressões de instituições e entidades – que não quis especificar”* - (como convém) *“para não descentralizar competências que seriam fundamentais para a segurança e ordem públicas, tendo, por isso, altas responsabilidades no aumento da criminalidade violenta registada nos Açores”*.

*Acrescentava, ainda, o dito GACS, que “para Carlos César as responsabilidades do Governo da República derivam da pouca atenção que tem dado às regiões autónomas, com consequências visíveis ao nível da evolução da criminalidade em ambos os arquipélagos, no contexto do combate à criminalidade, quer do ponto de vista dos meios quer do ponto de vista de prioridades”.*

Concluía considerando “sempre preocupante” o aumento da criminalidade violenta.

Por outro lado, e dando ar de entendido e conhecedor, o Presidente do Governo afirmava que já conhecia o mencionado Relatório desde Março, o que torna ainda mais preocupante a sua postura.

O PSD pergunta: se já sabia, porque nada fez ou disse sobre a matéria e, só agora perante uma notícia, vai atrás a tentar atirar água para fora do seu capote?

Para além de tudo isto, e reforçando a falta de coerência do Presidente do Governo, que produz

afirmações contraditórias conforme as circunstâncias e os auditórios, as acusações feitas ao Governo da República sobre os preocupantes números dos Açores relativamente à criminalidade parecem esquecer ou pretender fazer esquecer outras recentes declarações.

Em 9 de Janeiro de 2008, há cerca de quatro meses, o Presidente do Governo afirmava que *“não existe descontrolo da criminalidade nos Açores (...) e muito menos índices preocupantes de grande criminalidade”*, adiantando que *“os Açores são uma das Regiões mais seguras e tranquilas do País”*.

Seis dias depois, o Presidente do Governo, que agora se atira ao Governo da República, afirmava que *“é importante fazer uma leitura sossegada das estatísticas da criminalidade nos Açores”*.

Em 13 de Fevereiro de 2007, o Presidente do Governo, que agora acusa o Governo da República de não dar a devida atenção aos Açores e de não pretender descentralizar competências, falava então em *“largo consenso que permitia perspectivar para breve um reforço*

*das competências regionais em matéria de relacionamento com as forças de segurança”*

Há mais tempo, em Dezembro de 2005, o mesmo Presidente do Governo que agora culpa, desassombradamente, o Governo da República pelo preocupante aumento da criminalidade nos Açores, afirmava que *“aquilo que acontece nos Açores, seja da responsabilidade da Marinha ou de qualquer outra entidade, até que fosse extra-terrestre, é sempre um assunto que tem a ver com o Governo Regional”*.

Na verdade, este atirar de culpas para a República é apenas mais um meio de não assumir as responsabilidades do Governo Regional num problema que tem necessária e absolutamente a ver com o falhanço das políticas sociais nos Açores.

Mais uma vez, também pelos números publicados e pela sensação de insegurança que se vive na Região, constata-se que a falta e insucesso das políticas sociais deste Governo reflectem-se na vida dos açorianos.

E disto, por mais encenações e esforços que façam, os socialistas não podem fugir.

Por muito que queiram esconder as verdadeiras razões para os níveis de criminalidade registados na Região, a insegurança é apenas um sintoma das doenças sociais que grassam nos Açores.

Desde logo, as dependências do álcool e de estupefacientes assumem-se como uma das razões mais significativas para o clima que se vive hoje nos Açores.

A falta de recursos que muitos açorianos vão sentindo nas suas vidas, desde o desemprego aos necessários meios de sustento, também não favorecem a estabilidade social necessária a uma sociedade segura.

E quanto a tudo isto o Governo não teve resultados positivos. Se os tivesse os números não diziam o que dizem, e os açorianos e as suas famílias não sentiam o que sentem.

Com efeito, sem se perceber e combater as razões da insegurança não se consegue alcançar a segurança.

É isto que falta fazer. Actuar e combater as razões da insegurança e do clima de instabilidade que a este nível se vive na Região.

Estamos perante um problema social, com causas sociais, que tendo em conta a nossa dimensão e os recursos que nos têm chegado do exterior não deveria, de forma alguma existir.

Estamos perante um problema social que tem um claro responsável: o Governo Regional.

Estamos, claramente, perante um problema complexo, que exige medidas bem mais difíceis do que a mera decisão de fazer obras e campanha.

É para tomar decisões e adoptar medidas que melhorem efectivamente a vida das pessoas que existem os Governos e este não as tomou.

A culpa, em matéria de insegurança, não está solteira. Tem dois responsáveis: Carlos César e o seu amigo José Sócrates.

Perante tudo isto, o PSD, que não tem responsabilidades governativas, tem apresentado diversas iniciativas a diferentes níveis no sentido de dar um contributo positivo para a resolução do problema, como é o caso das propostas de combate ao alcoolismo juvenil.

Especificamente sobre a segurança, o PSD apresenta quatro propostas que assumem como prioridade o reforço e eficácia dos meios de segurança na Região.

Curiosamente, o PS, sem qualquer argumento válido e atabalhoamento, já se apressou a chumbar tais iniciativas.

Na verdade, não existe qualquer argumento válido para votar, por exemplo, contra uma resolução que tem como objecto a pronúncia do Parlamento da Região no sentido de que *“a coordenação das forças de segurança pública nos Açores deve ser regionalizada, assegurando-se o reconhecimento de que o Governo Regional tem o poder*



*de orientar as acções de ordem pública e o direito de ser informado, pelos comandantes regionais das forças de segurança, de tudo o que disser respeito à Segurança Pública no território da Região Autónoma dos Açores”.*

O que é que isto tem de reprovável para que o PS vote contra?

De resto, com tal postura já expressa na Comissão Permanente de Política Geral, o Grupo Parlamentar do PS, apenas, por, mais uma vez, não aceitar o democrático e exigível trabalho do PSD, acaba por contradizer de forma irremediável as supra-citadas declarações do Presidente do Governo, para além da própria moção apresentada por este ao Congresso Regional do seu partido.

De resto, as contradições socialistas não se manifestam apenas nas sucessivas declarações do Presidente do Governo, nas posições opostas entre estas e as do Grupo Parlamentar socialista, mas também entre as posições do PS-Açores e do PS nacional.

Com efeito, a proposta de Lei de Segurança Interna, que segundo o Governo Regional deveria prever a regionalização da coordenação das forças de segurança, não o faz, acabando por tratar o Governo dos Açores abaixo dos Governos Cívicos do continente, no que evidencia uma clara derrota negocial do Presidente do Governo perante Sócrates, depois das encenações e dos tabus com que tentou motivar a sua própria candidatura.

Idêntica derrota negocial anuncia-se com a nova lei orgânica da Polícia Judiciária que foi aprovada sem que tivessem sido tidas em conta as alterações propostas pelo Governo Regional.

Com as encenações as que já nos habituaram, espera-se que o palco do Congresso do próximo fim-de-semana seja aproveitado para anúncios, mais e mais anúncios, com o triunfalismo da mesma teatralização que enquadrava a indignação da semana passada.

Porém, para o PSD este, como todos os outros assuntos que tem a ver com a vida dos açorianos, deve ser tratado por esta Assembleia que não deve ver as suas

funções, responsabilidades e deveres democráticos substituídos por qualquer espectáculo partidário.

Porque para o PSD mais importante do que as questões de protagonismo partidário em que se enreda o PS, são as Pessoas, a resolução dos seus problemas e a promoção das suas capacidades.

Por isso, o PSD disponibiliza-se para retirar as suas propostas relativas à Segurança, para que o PS as utilize, colocando o seu carimbo partidário, apresentando-as ainda nesta semana, para que o Parlamento dos Açores aprovando posições claras sobre as necessárias mudanças ao nível da coordenação e eficácia das forças de segurança cumpra a sua função primordial: Servir os Açorianos.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de Abril de 2008